

Sumário

Capítulo 1 ► Parte Geral: Comércio e Empresa	25
1.1. Introdução	25
1.2. Conceito de direito empresarial	28
1.3. Características distintivas do direito empresarial no âmbito do direito privado.....	28
1.3.1. Simplicidade.....	28
1.3.2. Cosmopolitismo ou universalismo	29
1.3.3. Onerosidade.....	29
1.4. Fontes formais do direito comercial ou empresarial.....	30
1.5. Teorias formadoras do direito comercial ou empresarial	30
1.5.1. Teoria dos atos de comércio	30
1.5.2. Teoria da empresa	32
1.6. Formas de exercício da atividade empresarial.....	34
1.6.1. Exercício individual da empresa	34
1.6.2. Exercício coletivo da empresa	37
1.7. O empresário	38
1.7.1. Intermediação.....	42
1.7.2. Especulação com intuito de lucro	42
1.7.3. Profissionalidade	43
1.7.4. Capacidade	43
1.8. Da proteção constitucional à atividade empresarial: livre-iniciativa e livre concorrência....	44
1.9. da inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis	45
1.10. Condições para o exercício da atividade empresarial	46
1.11. Vedações ao exercício da atividade empresarial	47
1.11.1. Regimes tributários diferenciados.....	49
1.11.1.1. Microempreendedor individual (MEI)	49
1.11.1.2. Microempresa (ME) e Empresa de pequeno porte (EPP).....	50
1.11.2. As <i>startups</i> no direito empresarial brasileiro.....	52
1.12. Obrigações comuns aos empresários, empresas individuais de responsabilidade limitada e sociedades empresárias	54

1.12.1. Da obrigatoriedade de inscrição no registro de empresas.....	54
1.12.1.1. Juntas comerciais	55
1.12.2. Da obrigatoriedade de manutenção dos livros empresariais.....	58
1.12.3. Da obrigatoriedade de confecção anual de balanço patrimonial.....	60
1.13. Empresário inativo	61
1.14. Empresário de fato e empresário irregular.....	61
1.15. Agentes auxiliares da empresa.....	64
1.16. Estabelecimento empresarial	66
1.16.1. Definição.....	66
1.16.2. Características gerais	67
1.16.3. Elementos do estabelecimento empresarial.....	69
1.16.3.1. Elementos corpóreos (móveis e imóveis)	69
1.16.3.2. Elementos incorpóreos	70
1.16.3.2.1. Nome empresarial.....	70
1.16.3.2.2. Título de estabelecimento.....	76
1.16.3.2.3. Clientela e freguesia.....	77
1.16.3.2.4. Ponto comercial	79
1.16.3.2.5. Aviamento	80
1.16.3.2.6. Locação comercial ou locação empresarial	83
1.16.4. Trespasse e responsabilidade na alienação do estabelecimento empresarial.....	83
1.17. A empresa e o comércio eletrônico.....	86
1.18. A empresa e a proteção ao consumidor	93
1.18.1. Aspectos gerais.....	93
1.18.2. Direitos básicos do consumidor	95
1.18.3. Hipóteses de responsabilidade do fornecedor.....	97
1.18.3.1. Fornecimento perigoso	97
1.18.3.2. Fornecimento defeituoso	98
1.18.3.3. Fornecimento viciado	100
1.18.4. Publicidade	102
1.18.4.1. Publicidade enganosa	102
1.18.4.2. Publicidade abusiva	103
Capítulo 2 ► Direito Societário	105
2.1. Introdução	105

2.2.	Pessoas jurídicas de direito público.....	106
2.3.	Pessoas jurídicas de direito privado	106
2.3.1.	Associações.....	107
2.3.2.	Fundações	108
2.3.3.	Sociedades.....	108
2.4.	A personificação societária e as sociedades não personificadas	109
2.4.1.	Sociedade em comum.....	110
2.4.2.	Sociedade em conta de participação.....	111
2.5.	Sociedades personificadas	113
2.5.1.	Classificação das sociedades personificadas.....	113
2.5.1.1.	Classificação quanto à natureza da sociedade.....	113
2.5.1.2.	Classificação quanto à responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais.....	115
2.5.1.3.	Classificação quanto às formas de constituição societária	119
2.5.1.4.	Classificação quanto às hipóteses de dissolução societária	126
2.5.1.4.1.	Aspectos gerais da dissolução parcial societária.....	128
2.6.	Sociedades simples.....	134
2.6.1.	Tipos societários	134
2.6.2.	Constituição e deliberações sociais.....	135
2.6.3.	Responsabilidade dos sócios	137
2.6.4.	Administração social.....	139
2.6.5.	Sociedade cooperativa	140
2.7.	Sociedades empresárias	143
2.7.1.	Tipos societários	143
2.7.1.1.	Sociedade em nome coletivo	143
2.7.1.2.	Sociedade em comandita simples.....	144
2.7.1.3.	Sociedade limitada	145
2.7.1.3.1.	Características gerais.....	145
2.7.1.3.2.	Administração social.....	147
2.7.1.3.3.	Nome empresarial.....	149
2.7.1.3.4.	Conselho fiscal.....	149
2.7.1.3.5.	Deliberações dos sócios	151
2.7.2.	Transformação, incorporação, fusão e cisão.....	155
2.8.	Sociedade por ações	155

2.8.1.	Características gerais	155
2.8.2.	Classificação das sociedades por ações	156
2.8.2.1.	Sociedade por ações de capital aberto e sociedade por ações de capital fechado	157
2.8.2.2.	Sociedade de economia mista	157
2.8.2.3.	Sociedade Subsidiária integral	158
2.8.3.	Capital social	159
2.8.3.1.	Aspectos gerais	159
2.8.3.2.	Formação do capital social: quotas versus ações	160
2.8.4.	Constituição	162
2.8.4.1.	Constituição por subscrição particular	163
2.8.4.2.	Constituição por subscrição pública	163
2.8.5.	Títulos emitidos pela sociedade por ações	164
2.8.5.1.	Ações	164
2.8.5.1.1.	Classificação das ações quanto à natureza	165
2.8.5.1.2.	Classificação das ações quanto à sua forma	166
2.8.5.2.	Partes beneficiárias	167
2.8.5.3.	Debêntures	167
2.8.5.4.	Bônus de subscrição	168
2.8.6.	Acionista	169
2.8.6.1.	Direitos essenciais dos acionistas	169
2.8.6.2.	O acionista e o direito ao dividendo	170
2.8.6.3.	Acionista controlador	171
2.8.6.4.	Acordos de acionistas	174
2.8.7.	Órgãos sociais	175
2.8.7.1.	Assembleias gerais	175
2.8.7.1.1.	Assembleia geral ordinária (AGO)	178
2.8.7.1.2.	Assembleia geral extraordinária (AGE)	179
2.8.7.1.3.	Assembleias especiais	182
2.8.7.2.	Conselho de administração	182
2.8.7.3.	Diretoria	183
2.8.7.4.	Conselho fiscal	184
2.8.7.5.	Outros órgãos consultivos	186
2.8.8.	Aspectos legais da administração das sociedades por ações	186

2.8.8.1.	Dever de diligência.....	187
2.8.8.2.	Dever de lealdade.....	188
2.8.8.3.	Dever de informar.....	188
2.8.8.4.	Dever de sigilo.....	188
2.8.8.5.	Responsabilidade dos administradores das sociedades por ações.....	189
2.8.8.6.	Ação de responsabilidade.....	190
2.8.9.	Demonstrações financeiras.....	190
2.8.10.	Dissolução das sociedades por ações.....	194
2.8.10.1.	Dissolução de pleno direito.....	194
2.8.10.2.	Dissolução por decisão judicial.....	195
2.8.10.3.	Dissolução por decisão de autoridade administrativa.....	195
2.8.11.	Liquidação das sociedades por ações.....	196
2.8.11.1.	Liquidação extrajudicial.....	196
2.8.11.2.	Liquidação judicial.....	197
2.8.11.3.	Liquidante.....	197
2.8.11.4.	Assembleia geral.....	198
2.8.11.5.	Pagamento do passivo, partilha do ativo e prestação de contas.....	198
2.8.11.6.	Direito de credor não satisfeito.....	199
2.8.12.	Extinção das sociedades por ações.....	199
2.8.13.	Modificações na estrutura das sociedades por ações.....	200
2.8.13.1.	Transformação.....	200
2.8.13.2.	Incorporação.....	200
2.8.13.3.	Fusão.....	201
2.8.13.4.	Cisão.....	201
2.8.13.5.	Regras comuns à incorporação, fusão e cisão.....	202
2.8.13.6.	Direitos dos credores na incorporação ou fusão.....	203
2.8.13.7.	Direitos dos credores na cisão.....	204
2.8.14.	Grupo de sociedades.....	204
2.8.15.	Consórcio.....	206
2.8.16.	Sociedade em comandita por ações.....	207
2.8.16.1.	Características gerais.....	207
2.8.16.2.	Administração social e responsabilidade dos administradores.....	207
2.8.16.3.	Limitações da assembleia geral.....	207
2.9.	Sociedades de grande porte.....	208

2.10.	Conceitos complementares do Código Civil	208
2.10.1.	Sociedade dependente de autorização	209
2.10.1.1.	Sociedade nacional	209
2.10.1.2.	Sociedade estrangeira	210
2.11.	Sociedades off-shore.....	211
2.12.	Responsabilidade patrimonial dos sócios e dos administradores	213
2.12.1.	Aspectos gerais.....	213
2.12.2.	Regras gerais de responsabilidade.....	213
2.12.3.	Regras específicas dos tipos societários.....	213
2.12.3.1.	Sociedades limitadas	214
2.12.3.2.	Sociedades por ações	214
2.12.4.	Principais hipóteses de responsabilidade definidas em leis especiais	215
2.12.4.1.	Obrigações tributárias	215
2.12.4.2.	Obrigações trabalhistas	216
2.12.4.3.	Falência	216
2.13.	Quadro Geral das Sociedades.....	218
Capítulo 3 ► Títulos de Crédito.....		219
3.1.	Teoria geral dos títulos de crédito.....	219
3.2.	Origem histórica.....	220
3.3.	Definição.....	221
3.4.	Características essenciais dos títulos de crédito	221
3.4.1.	Cartularidade	221
3.4.2.	Autonomia	222
3.4.2.1.	Abstração	223
3.4.2.2.	Inoponibilidade de exceções	224
3.4.3.	Literalidade	227
3.5.	Sistemática legal dos títulos de crédito e o Código Civil	227
3.6.	Classificação dos títulos de crédito.....	228
3.6.1.	Quanto à natureza.....	228
3.6.1.1.	Títulos de crédito causais.....	228
3.6.1.2.	Títulos de crédito abstratos	229
3.6.2.	Quanto ao modo de circulação	229

3.6.2.1.	Títulos de crédito à ordem.....	229
3.6.2.2.	Títulos de crédito ao portador.....	230
3.6.2.3.	Títulos de crédito nominativos.....	231
3.6.3.	Quanto à estrutura jurídica.....	232
3.6.3.1.	Ordens de pagamento.....	232
3.6.3.2.	Promessas de pagamento.....	233
3.7.	Elementos conexos à matéria títulos de crédito.....	233
3.7.1.	Endosso e cessão de crédito.....	233
3.7.1.1.	Endosso.....	233
3.7.1.2.	Cessão de crédito.....	235
3.7.2.	Aval e fiança.....	236
3.7.2.1.	Aspectos gerais das garantias no direito brasileiro.....	236
3.7.2.2.	Formas de aval.....	237
3.7.3.	Protesto.....	238
3.7.3.1.	Definição.....	238
3.7.3.2.	Características gerais.....	238
3.7.3.3.	Motivos legais para o protesto.....	239
3.7.3.4.	Modalidades de protesto.....	240
3.7.3.5.	Prazos para protesto.....	240
3.7.3.6.	Sustação de protesto e cancelamento de protesto.....	241
3.7.3.7.	Protesto da duplicata escritural ou eletrônica.....	242
3.7.4.	Ação executiva cambial, processo de conhecimento e ação monitória.....	243
3.8.	Títulos de crédito em espécie.....	244
3.8.1.	Letra de câmbio.....	244
3.8.1.1.	Definição.....	244
3.8.1.2.	Partes na letra de câmbio.....	245
3.8.1.3.	Características gerais.....	245
3.8.1.4.	Requisitos essenciais.....	246
3.8.1.5.	Aceite da letra de câmbio.....	247
3.8.1.6.	Vencimento.....	248
3.8.1.7.	Vencimento antecipado.....	248
3.8.1.8.	Ressaque da letra de câmbio.....	249
3.8.1.9.	Duplicata da letra de câmbio.....	249
3.8.1.10.	Protesto da letra de câmbio.....	249

3.8.1.11.	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na letra de câmbio	250
3.8.1.12.	Modelo de letra de câmbio	251
3.8.2.	Nota promissória	251
3.8.2.1.	Definição	251
3.8.2.2.	Partes na nota promissória	251
3.8.2.3.	Características gerais.....	252
3.8.2.4.	Requisitos essenciais.....	252
3.8.2.5.	Protesto da nota promissória.....	253
3.8.2.6.	Prazos para a propositura de ação executiva baseada na nota promissória.....	253
3.8.2.7.	Modelo de nota promissória	254
3.8.3.	Cheque	255
3.8.3.1.	Definição	255
3.8.3.2.	Partes no cheque.....	255
3.8.3.3.	Características gerais.....	255
3.8.3.4.	Requisitos essenciais.....	256
3.8.3.5.	Prazo de apresentação ao banco sacado	257
3.8.3.6.	Do pagamento do cheque.....	258
3.8.3.7.	Hipóteses de não pagamento de cheque pelo sacado.....	259
3.8.3.8.	Modalidades de cheque.....	261
3.8.3.9.	Prazos para protesto do cheque.....	263
3.8.3.10.	Cheque pré-datado e cheque pós-datado	264
3.8.3.11.	Prazos prescricionais do cheque	266
3.8.3.12.	Modelo de cheque	269
3.8.4.	Duplicata.....	269
3.8.4.1.	Definição	269
3.8.4.2.	Partes na duplicata.....	271
3.8.4.3.	Características gerais.....	271
3.8.4.4.	Requisitos essenciais.....	272
3.8.4.5.	Aceite da duplicata mercantil	273
3.8.4.6.	Prazos para protesto da duplicata	274
3.8.4.7.	Prazos prescricionais para a propositura de ação executiva baseada em duplicata.....	274
3.8.4.8.	Duplicata virtual.....	275

3.8.4.9. Duplicata escritural ou eletrônica.....	277
3.8.4.10. Duplicata eletrônica versus Duplicata virtual	278
3.8.5. Modelos de duplicata.....	280
Modelo 1 (venda):.....	280
Modelo 1-A (prestação de serviço):.....	281
Modelo 2 (venda):.....	282
Modelo 2-A (prestação de serviço):.....	283
3.9. Títulos de crédito próprios e impróprios.....	283
3.9.1. Títulos de crédito próprios.....	283
3.9.2. Títulos de crédito impróprios	284
3.9.2.1. Títulos representativos.....	284
3.9.2.2. Títulos de financiamento	287
3.9.2.3. Títulos de investimento.....	290
Capítulo 4 ► Contratos Empresariais	293
4.1. Introdução: fatos, atos e negócios jurídicos.....	293
4.2. Fontes das obrigações.....	293
4.2.1. Lei.....	294
4.2.2. Contrato	294
4.2.3. Ato ilícito	294
4.2.4. Declaração unilateral de vontade	294
4.3. Modalidades de obrigações.....	295
4.3.1. Obrigações de dar	295
4.3.2. Obrigações de fazer	295
4.3.3. Obrigações de não fazer	295
4.4. Condições de validade dos contratos.....	295
4.5. Fundamentos da teoria geral dos contratos.....	296
4.5.1. Limitação da liberdade de contratar pela função social do contrato	296
4.5.2. Exceção do contrato não cumprido.....	296
4.5.3. Teoria da imprevisão.....	297
4.6. Formas de ruptura e extinção do vínculo contratual	297
4.6.1. Invalidação	297
4.6.2. Dissolução do vínculo contratual.....	297

4.7.	Regimes jurídicos aplicáveis às relações contratuais	299
4.8.	Contratos mercantis e contratos empresariais	299
4.9.	Contratos empresariais em espécie.....	300
4.9.1.	Mandato empresarial	301
4.9.1.1.	Definição	301
4.9.1.2.	Características gerais.....	301
4.9.1.3.	Obrigações do mandante e do mandatário	303
4.9.1.4.	Hipóteses de extinção do mandato empresarial	303
4.9.2.	Comissão empresarial	303
4.9.2.1.	Definição	303
4.9.2.2.	Características gerais.....	304
4.9.2.3.	Responsabilidade do comissário	305
4.9.2.4.	Hipóteses de extinção da comissão empresarial	306
4.9.3.	Representação comercial autônoma.....	306
4.9.3.1.	Definição	306
4.9.3.2.	Características gerais.....	308
4.9.3.3.	Elementos do contrato de representação comercial autônoma.....	309
4.9.3.4.	Hipóteses de rescisão do contrato de representação comercial.....	310
4.9.4.	Franquia empresarial “franchising”	311
4.9.4.1.	Definição	311
4.9.4.2.	Características gerais.....	312
4.9.4.2.1.	Contrato de engenharia ou projeto	313
4.9.4.2.2.	Contrato de gerenciamento empresarial.....	313
4.9.4.2.3.	Contrato de publicidade	313
4.9.4.3.	Obrigações do franqueador	313
4.9.4.4.	Obrigações do franqueado	316
4.9.5.	Agência e distribuição	317
4.9.5.1.	Definição	317
4.9.5.2.	Distribuição-aproximação e distribuição-intermediação.....	319
4.9.5.3.	Características gerais.....	320
4.9.5.4.	Obrigações das partes.....	320
4.9.6.	Concessão comercial	321
4.9.6.1.	Definição	321
4.9.6.2.	Características gerais.....	322

4.9.6.3.	Direitos e deveres das partes	323
4.9.6.4.	Convenções.....	325
4.9.6.4.1.	Convenções das categorias econômicas.....	325
4.9.6.4.2.	Convenções de marca	325
4.9.6.5.	Hipóteses de rescisão contratual.....	327
4.9.7.	Compra e venda empresarial.....	327
4.9.7.1.	Definição	327
4.9.7.2.	Características gerais.....	328
4.9.7.3.	Formas de classificação	329
4.9.7.3.1.	Quanto ao modo de execução.....	329
4.9.7.3.2.	Quanto à forma de apresentação das mercadorias	330
4.9.7.4.	Obrigações das partes.....	330
4.9.7.5.	Incoterms	331
4.9.7.5.1.	Vendas efetuadas na partida (identificadas pelas letras E-F-C)	332
4.9.7.5.2.	Vendas efetuadas na chegada (identificadas pela letra D)	333
4.9.7.6.	Cláusulas especiais à compra e venda	334
4.9.7.6.1.	Retrovenda.....	334
4.9.7.6.2.	Venda a contento e venda sujeita a prova.....	334
4.9.7.6.3.	Preempção ou preferência.....	335
4.9.7.6.4.	Compra e venda com reserva de domínio.....	336
4.9.7.6.5.	Venda sobre documentos	336
4.9.7.7.	Contrato estimatório.....	337
4.9.8.	Alienação fiduciária em garantia.....	337
4.9.8.1.	Definição	337
4.9.8.2.	Características gerais.....	339
4.9.8.3.	Requisitos essenciais do contrato de alienação fiduciária em garantia.....	340
4.9.9.	Arrendamento mercantil (leasing).....	341
4.9.9.1.	Definição	341
4.9.9.2.	Características gerais.....	343
4.9.9.3.	Modalidades de arrendamento mercantil.....	343
4.9.9.3.1.	Leasing financeiro	343
4.9.9.3.2.	Leasing operacional	344
4.9.9.4.	Da controvérsia jurisprudencial sobre o arrendamento mercantil.....	344

4.9.10. Cartão de crédito	345
4.9.10.1. Definição	345
4.9.10.2. Fases da operação do cartão de crédito	346
4.9.10.2.1. Emissão do cartão.....	346
4.9.10.2.2. Utilização do cartão pelo titular ou cotitular	346
4.9.10.2.3. Pagamento do saldo devedor à operadora.....	347
4.9.11. Faturização (factoring)	348
4.9.11.1. Definição	348
4.9.11.2. Características gerais	349
4.9.11.3. Modalidades	350
4.9.11.3.1. Conventional factoring	350
4.9.11.3.2. Maturity factoring	350
4.9.11.4. Da natureza jurídica do contrato de faturização	350
4.9.12. Contratos bancários	351
4.9.12.1. Definição	351
4.9.12.2. Operações passivas	352
4.9.12.2.1. Depósito bancário.....	352
4.9.12.2.2. Conta corrente.....	353
4.9.12.2.3. Aplicação financeira	353
4.9.12.3. Operações ativas	353
4.9.12.3.1. Mútuo bancário.....	353
4.9.12.3.2. Desconto bancário.....	354
4.9.12.3.3. Abertura de crédito	354
4.9.12.3.4. Crédito documentário.....	354
4.9.13. Seguro.....	355
4.9.13.1. Definição	355
4.9.13.2. Elementos do contrato de seguro	355
4.9.13.3. Características gerais	356
4.9.13.4. Obrigações das partes	357
4.9.13.4.1. Obrigações da seguradora	357
4.9.13.4.2. Obrigações do segurado.....	358
4.9.13.5. Gêneros de seguro	359
4.9.13.5.1. Seguro de dano.....	359
4.9.13.5.2. Seguro de pessoa.....	359

4.9.13.5.3. Seguro-saúde.....	360
4.9.14. Locação comercial ou empresarial.....	360
Capítulo 5 ► Falência e Recuperação de Empresas.....	365
5.1. Aspectos gerais.....	365
5.2. Falência.....	367
5.2.1. Definição.....	367
5.2.2. Abrangência.....	369
5.2.3. Características gerais.....	373
5.2.4. Fases do processo falimentar.....	374
5.2.4.1. Fase preliminar ou declaratória.....	374
5.2.4.2. Fase de arrecadação de bens e classificação de créditos.....	374
5.2.4.3. Fase de liquidação ou satisfativa.....	375
5.2.5. Hipóteses legais de caracterização da falência.....	375
5.2.5.1. Impontualidade.....	375
5.2.5.2. Prática de atos de falência.....	376
5.2.5.3. Autofalência.....	379
5.2.6. Formas de manifestação do devedor.....	380
5.2.6.1. Depósito elisivo.....	380
5.2.6.2. Hipóteses elisivas da falência.....	380
5.2.6.3. Outras defesas.....	381
5.2.7. Do juízo falimentar.....	382
5.2.8. Sentença declaratória da falência.....	382
5.2.8.1. Termo legal da falência.....	384
5.2.8.2. Recursos cabíveis.....	386
5.2.8.3. Formação da massa falida.....	386
5.2.8.4. Continuação do negócio na falência.....	386
5.2.9. Efeitos da sentença declaratória da falência.....	387
5.2.9.1. Efeitos em relação aos direitos dos credores.....	387
5.2.9.2. Efeitos em relação à pessoa do falido.....	388
5.2.9.3. Efeitos em relação aos sócios e aos administradores da sociedade falida.....	390
5.2.9.4. Efeitos em relação aos bens do falido.....	392
5.2.9.4.1. Patrimônio de afetação.....	396

5.2.9.5.	Efeitos em relação às obrigações e aos contratos do falido.....	397
5.2.10.	Pedido de restituição e embargos de terceiro	400
5.2.11.	Ineficácia de atos praticados pelo devedor antes da falência.....	402
5.2.12.	Administração da falência.....	406
5.2.12.1.	Administrador judicial	406
5.2.12.2.	Comitê de credores	410
5.2.12.3.	Assembleia geral de credores	411
5.2.13.	Verificação dos créditos na falência	413
5.2.14.	Classificação dos créditos	414
5.2.15.	Liquidação do ativo.....	417
5.2.15.1.	Realização do ativo	418
5.2.15.2.	Pagamento dos créditos na falência	423
5.2.16.	Término da falência.....	424
5.2.16.1.	Encerramento do processo falimentar	424
5.2.16.2.	Extinção das obrigações do falido	425
5.3.	Recuperação de empresas.....	427
5.3.1.	Introdução.....	427
5.3.2.	Recuperação judicial.....	429
5.3.2.1.	Definição	429
5.3.2.2.	Características gerais.....	429
5.3.2.3.	Requisitos da recuperação judicial	430
5.3.2.4.	Direitos dos credores na recuperação judicial.....	431
5.3.2.5.	Meios de recuperação judicial.....	435
5.3.2.6.	Órgãos da recuperação judicial.....	437
5.3.2.7.	Processo de recuperação judicial	442
5.3.2.8.	Plano especial de recuperação judicial.....	453
5.3.2.9.	Convolução da recuperação judicial em falência.....	455
5.3.3.	Recuperação extrajudicial	455
5.3.3.1.	Definição	455
5.3.3.2.	Características gerais.....	456
5.3.3.3.	Requisitos da recuperação extrajudicial.....	458
5.3.3.4.	Direitos dos credores na recuperação extrajudicial	458
5.3.3.5.	Homologação do plano de recuperação extrajudicial.....	460

5.3.3.6.	Procedimento de homologação do plano de recuperação extra-judicial.....	462
5.3.3.7.	Crimes falimentares.....	465
5.3.3.8.	Disposições processuais penais	468
5.4.	Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.....	469
5.4.1.	Entidades sujeitas à intervenção e à liquidação extrajudicial	469
5.4.2.	Intervenção extrajudicial	471
5.4.2.1.	Definição	471
5.4.2.2.	Aspectos gerais	471
5.4.2.3.	Do processo da intervenção.....	471
5.4.2.4.	Cessação do regime de intervenção extrajudicial	473
5.4.2.5.	Regime de Administração Especial Temporária (Raet).....	474
5.4.3.	Liquidação extrajudicial	475
5.4.3.1.	Definição	475
5.4.3.2.	Aspectos gerais	475
5.4.3.2.1.	Decretação ex officio motivada por causas econ�micas que possam acarretar a insolvência da instituição financeira e prejuízos aos seus credores (art. 15, I, a e c)....	475
5.4.3.2.2.	Decretação ex officio motivada como punição administrativa ao descumprimento de normas legais (art. 15, I, b e d).....	475
5.4.3.2.3.	Decretação motivada por pedido dos administradores da própria instituição financeira (art. 15, II).....	476
5.4.3.3.	Processo de liquidação extrajudicial.....	476
5.4.3.4.	Hipóteses de extinção do processo de liquidação extrajudicial	480
5.4.4.	Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras.....	480
5.4.4.1.	Declaração de indisponibilidade de bens	481
5.4.4.2.	Instauração de inquérito administrativo.....	482
5.4.5.	Do termo de compromisso.....	484
5.4.6.	Do acordo administrativo em processo de supervisão.....	485
Capítulo 6 ► Propriedade Industrial		487
6.1.	Propriedade intelectual e propriedade industrial	487
6.2.	Propriedade industrial e direito da propriedade industrial.....	488
6.3.	Aspectos jurídico-constitucionais.....	490

6.4.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).....	490
6.5.	Das formas de proteção à propriedade industrial no Brasil – Patentes e registros.....	490
6.5.1.	Patentes.....	490
6.5.1.1.	Processo de concessão de patente	494
6.5.2.	Registros.....	495
6.5.2.1.	Processo de concessão de registro.....	495
6.6.	Modalidades de propriedade industrial	496
6.6.1.	Invenções.....	496
6.6.2.	Modelos de utilidade.....	497
6.6.3.	Desenhos industriais.....	499
6.6.4.	Marca.....	500
6.6.4.1.	Classificação das marcas quanto à sua natureza.....	501
6.6.4.2.	Classificação das marcas quanto à sua forma.....	501
6.6.4.3.	Requisitos de registrabilidade de marcas.....	501
6.7.	Indicações geográficas.....	508
6.8.	Dos crimes contra a propriedade industrial.....	509
6.8.1.	Crimes contra as patentes.....	510
6.8.2.	Crimes contra os desenhos industriais	511
6.8.3.	Crimes contra as marcas	511
6.8.4.	Crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.....	511
6.8.5.	Crimes contra indicações geográficas e demais indicações	512
6.8.6.	Crimes de concorrência desleal.....	512
6.9.	Medidas judiciais.....	513
6.10.	Nome empresarial, marca e nome de domínio na internet	515
	Referências Bibliográficas.....	517